

Influência dos gastos sociais sobre o PIB dos estados brasileiros

Influence of social spending on the GDP of Brazilian states

PEDRO HENRIQUE GONÇALVES E SILVA

Discente do curso de Ciências Contábeis (UNIPAM)

E-mail: pedrogoncalves@unipam.edu.br

SANDRO ÂNGELO DE ANDRADE

Professor orientador (UNIPAM)

E-mail: sandroangelo@unipam.edu.br

Resumo: Este estudo tem como objetivo avaliar o impacto dos gastos orçamentários *per capita* por funções de governo, classificados como sociais, no crescimento econômico dos estados brasileiros com uma variável de controle relativa aos anos em que ocorreram eleições ou não, no período de 2013 a 2020. Nas análises, foram utilizadas regressões usando “dados em painel” com efeito aleatórios, em dois modelos, sendo um com funções agrupadas e outro com funções desagrupadas. Os resultados evidenciaram haver relação estatisticamente positiva somente para a variável educação, quando analisados os gastos sociais desagrupados. Com dados agrupados, as variáveis assistência e previdência social e educação e cultura resultaram em uma relação estatisticamente significativa com o PIB dos estados brasileiros. A variável de controle “eleições” não apresentou relação significativa com o crescimento econômico dos estados.

Palavras-chave: Crescimento econômico. Funções de governo. Gastos sociais.

Abstract: This study aims to evaluate the impact of per capita budget spending by government functions, classified as social, on the economic growth of Brazilian states with a control variable concerning the years in which elections occurred or not, from 2013 to 2020. In the analyzes, regressions using panel data with random effects were used in two models, one with pooled functions and the other with ungrouped. The results showed a statistically positive relationship only for the education variable when analyzing disaggregated social expenditures. In grouped data, the variables Welfare and Social Security and Education and Culture showed a statistically significant relationship with the GDP of Brazilian states. The control variable *elections* did not show a significant relationship with the economic increase of the states.

Keywords: Economic growth. Government functions. Social spending.

1 INTRODUÇÃO

A constituição de 1988, conhecida como constituição cidadã, teve como marco a descentralização das políticas sociais adotadas no Brasil. Essa descentralização acabou por transferir mais atribuições aos municípios e estados, assim como mais recursos para o atendimento das demandas sociais. Paralelamente, foram criados instrumentos para

uma maior participação da população no acompanhamento dos gastos públicos, levando-se a um maior controle social e à valorização de indicadores sociais como instrumentos de gestão na atividade pública (VARELA; MARTINS; CORRAR, 2009).

Cândido Júnior (2001) estudou a relação entre gastos públicos e desenvolvimento econômico, observando que nos trabalhos de RAM (1986), Barro (1990), Cashin (1995), Ascahuer (1989), Ferreira (1996), Ferreira e Malliagros (1998) e outros, foram encontradas evidências de relação positiva entre gastos públicos e crescimento econômico. Por outro lado, identificou que nos trabalhos de Srinivasan (1985), Buchanan (1980), Bhagwati (1982), Schmitz (1996), Cruz e Teixeira (1999), não foi evidenciada uma relação positiva entre gastos públicos e crescimento econômico.

Entende-se por gastos públicos todos os desembolsos necessários ao atendimento dos serviços públicos demandados pela sociedade ou a realização de aumentos patrimoniais (KOHAMA, 2001); por gastos sociais, todos os desembolsos voltados para a melhoria da qualidade de vida da população (FERNANDES *et al.*, 1988 *apud* CÂNDIDO JÚNIOR, 2001).

Para Santos Filho, Dias Filho e Fernandes (2010), uma das formas de demonstrar a aplicação de recursos é a segregação dos gastos para as mais variadas áreas de atuação governamental, denominadas de funções orçamentárias ou funções de governo, definidas pela Portaria nº 42/99, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Raposo *et al.* (2016) defendem que é dever da Administração Pública impulsionar técnicas e/ou adaptá-las da iniciativa privada, para que as incorporando, aumente a eficiência e a eficácia dos gastos públicos.

Atualmente, pontuam Oliveira, Moraes e Silva (2008), o cenário político e econômico direciona a uma maior necessidade de geração de informações seguras e confiáveis, que satisfaçam aos vários usuários internos e externos.

O acompanhamento dos gastos públicos é realizado de maneira contínua pelos governantes, principalmente quanto aos seus impactos no crescimento econômico, já que a população cobra uma boa utilização dos recursos arrecadados, que encontram limites de expansão frente a um crescimento dos gastos públicos, exigindo cada vez mais eficiência dos gestores na aplicação dos recursos (SCARPIN; SLOMSKI, 2007).

O objetivo geral desta pesquisa é verificar a relação entre os gastos públicos, classificados como sociais, e a geração de desenvolvimento econômico, através do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* dos estados brasileiros.

A pesquisa tem ainda como objetivos específicos: a) avaliar se os gastos públicos, classificados como sociais e agrupados nas funções Assistência e Previdência Social, Saúde e Saneamento, Educação e Cultura e Habitação e Urbanismo, geram aumento ou redução do Produto Interno Bruto ajustado *per capita* dos estados brasileiros e b) avaliar se os gastos públicos classificados como sociais desagrupados e avaliados individualmente nas funções Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Saneamento, Educação, Cultura, Habitação e Urbanismo, geram aumento ou redução do Produto Interno Bruto *per capita* dos estados brasileiros.

A pesquisa justifica-se em razão de se conhecer melhor o impacto dos gastos públicos sociais sobre a formação do PIB, gerando informações que possam ser úteis na gestão dos recursos públicos aplicados em gastos sociais, resultando em ações que

proporcionem desenvolvimento econômico e melhoria da qualidade de vida da população.

2 REVISÃO TEÓRICA

Contabilidade é a ciência que examina, registra e controla o patrimônio e as alterações que acontecem nos atos e fatos administrativos, de modo a comprovar, no final de cada exercício social, o resultado alcançado e a condição econômico-financeira da empresa (FABRETTI, 2003).

A contabilidade é imprescindível na gestão das entidades, fornecendo informações sobre várias áreas de atuação do Estado, subsidiando o processo de tomada de decisões na definição das prioridades de atendimento de demandas e direcionamento dos gastos (HORNGREN; SUNDEM; STRATTO, 2004).

A participação popular tem levado as administrações públicas a refletirem seus conceitos de gestão pública, buscando, de uma forma eficiente, maximizar o resultado de suas ações no atendimento das demandas detectadas pela comunidade, com consequente melhoria da sua qualidade de vida.

Existe uma preocupação do cidadão em relação aos impostos cobrados pelo Estado e seu retorno em benefícios à sociedade, que não é compreendido pelo cidadão na maioria das vezes, gerando assimetria de informação entre o Governo e os cidadãos (SLOMSKI, 2001).

Na Teoria das Escolhas Públicas (Public Choice Theory), divulgada principalmente por James Buchanan, o gestor público pode substituir o interesse público, presente na motivação para sua eleição, voltados para as expectativas das pessoas, para defender interesses pessoais (SANTOS FILHO; DIAS FILHO; FERNANDES, 2010).

O planejamento orçamentário brasileiro é realizado de maneira integrada, envolvendo três instrumentos: o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos Anuais (BRASIL, 1988).

O sistema orçamentário emergiu como uma forma de restringir o Poder Executivo ao estipular receitas e realizar despesas, pois, sem esse controle, a aplicação do dinheiro do Estado ficaria sob o controle de alguns componentes do governo (LIMA, 2012).

No orçamento, são relacionadas todas as receitas e todas as despesas a serem realizadas em um exercício. Uma das classificações da despesa pública é a segregação: classificação funcional ou por funções, cujo objetivo é demonstrar de maneira sintética em quais grandes áreas foram aplicados os recursos públicos: saúde, educação, administração, etc. (VARELA; MARTINS; CORRAR, 2009).

A Portaria nº 42 do Ministério do Orçamento e Gestão definiu 28 funções, que é o maior nível de agregação das despesas, e 109 subfunções, que constituem uma subdivisão da função, aplicável a todos os órgãos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, que permitem a consolidação e comparação das contas públicas entre os entes públicos (VARELA; MARTINS; CORRAR, 2009). Elas são as seguintes: Judiciária, Essencial à Justiça, Administração, Defesa Nacional, Segurança Pública, Relações Exteriores, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura,

Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Organização Agrária, Indústria, Comércio e Serviços, Comunicação, Energia, Transporte, Desporto e Lazer e Encargos Gerais.

Já Rezende (1997) divide os gastos públicos em três categorias: gasto mínimo (Gm), que é a parcela dos gastos públicos considerados de domínio exclusivo do Governo; gasto social (Gs), que é a parcela dos gastos públicos destinada à provisão de bens e serviços meritoriosos ou do tipo quase públicos e gasto econômico (Ge), que é a parcela dos gastos públicos que não haveria a necessidade de intervenção do governo.

Sant'Anna (2006) segregou as funções orçamentárias, consideradas como gastos sociais, de acordo com a classificação de Rezende (1997), em: GASTO MÍNIMO (Gm): legislativa, judiciária, administração, essencial à justiça, defesa nacional, segurança pública e direitos da cidadania; GASTO SOCIAL (Gs): assistência social, previdência social, saúde, saneamento, educação, cultura, urbanismo e habitação e GASTO ECONÔMICO (Ge): trabalho, gestão ambiental, ciência e tecnologia, agricultura, organização agrária, indústria, comércio e serviços, comunicações, energia, transportes, desporto e lazer e relações exteriores.

Sandroni (1994) define Produto Interno Bruto (PIB) como o valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos no território econômico de um país, independente da nacionalidade dos proprietários das unidades produtoras desses bens e serviços.

Segundo Siedenberg (2003), a utilização do PIB ou da renda per capita (PIB dividido pela população) como indicador de desenvolvimento econômico ocorreu a partir de 1950, quando crescimento econômico e desenvolvimento econômico passaram a ser sinônimos.

O Produto Interno Bruto (PIB) por estados é disponibilizado pelo IBGE desde 1999, incluindo valores relativos às operações da agropecuária, da indústria, dos serviços, da Administração Pública e da participação do dummy financeiro, que é um setor fictício, com produção nula e consumo igual aos serviços de intermediação financeira, além dos impostos sobre os produtos (CAMPAGNARO; SANT'ANNA, 2005).

O PIB estadual per capita é o resultado do quociente entre o valor do PIB dos estados e sua população residente (CAMPAGNARO; SANT'ANNA, 2005).

Sant'Anna (2006), considerando a classificação de gastos sociais formulada por Rezende (1997), utilizou as variáveis: saúde e saneamento, educação e cultura, assistência e previdência social, habitação e urbanismo, analisando se elas exerciam influência na formação do PIB dos municípios do estado do Espírito Santo, no período de 1999 a 2003. Concluiu que somente o indicador formado pelos gastos sociais com habitação e urbanismo tem uma relação positiva com o PIB municipal.

Rocha e Giuberti (2007) estudaram os estados brasileiros no período de 1986 a 2002, avaliando a relação de crescimento econômico com gastos públicos classificados sob a ótica econômica (gastos correntes ou de capital) e de acordo com as funções de governo: defesa, educação, saúde, transporte e comunicação. Os autores encontraram relação negativa entre o crescimento econômico e gastos correntes e relação positiva entre gastos de capital, assim como também entre as despesas por funções de governo citadas acima, com o crescimento econômico.

3 METODOLOGIA

Os dados relativos a gastos sociais foram coletados de bases de dados públicas, disponibilizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) através do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), disponível no endereço eletrônico <<https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>>, detalhado por funções orçamentárias, estabelecidas pela Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, pelo Ministério de Orçamento e Gestão.

As variáveis foram transformadas em variáveis per capita com a divisão pela população do estado e atualizadas pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna IGP-DI, dividindo-se os valores correntes pela média do IGP-DI do ano de referência e multiplicando pela média do IGP-DI para o ano de 2020. Aplicou-se também o logaritmo neperiano, buscando diminuir o impacto de *outliers*.

Em relação à população e ao PIB dos estados, foram utilizados dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e projeções junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), com exceção de 2010, quando tivemos a realização do censo populacional e o PIB de 2020, que foi projetado, conforme indicadores da 4intelligence.

O método estatístico a ser utilizado também guarda consonância com o trabalho de Sant’anna (2006), com a utilização de “dados em painel”, que, segundo Pindick e Rubinfeld (2004), inclui amostra de entidades individuais ao longo de um período de tempo, permitindo investigar efeitos econômicos não identificados com uso de dados em corte transversal ou apenas o uso de séries temporais, para análise da relação de gastos sociais com o Produto Interno Bruto per capita.

Para a escolha do modelo, se com efeitos fixos, onde o intercepto pode diferir entre os indivíduos, mas o intercepto de cada indivíduo não varia ao longo do tempo, ou com efeitos aleatórios, onde os valores de intercepto são extraídos aleatoriamente (GUJARATI; PORTER, 2011), foi utilizado o teste de Hausman, cujos resultados indicaram a utilização de uma análise de regressão com efeitos aleatórios.

Foi realizado também teste de Wooldridge para verificar a existência de autocorrelação. Além de teste shapiro-wilk, para verificar a existência de heterodasticidade, confirmando a sua existência nas variáveis analisadas.

Para análise, foram definidos 2 (dois) modelos econométricos, utilizando a mesma variável dependente, o PIB estadual per capita.

No primeiro modelo, com as variáveis de gastos por funções foram agrupadas, resultando na seguinte equação:

$$\text{PibE} = \beta_0 + \beta_1\text{Asprev} + \beta_2\text{Sausa} + \beta_3\text{Educ} + \beta_4\text{Haurb} + \beta_5\text{PibN-a} + \beta_5\text{EleiE} + \varepsilon$$

Em que:

- PibE: log do PIB per capita estadual;
- Asprev): log da soma dos gastos classificados nas funções de governo: Assistência Social e Previdência Social;

- Sausa): log da soma dos gastos classificados nas funções de governo: Saúde e Saneamento;
- Educ: log da soma dos gastos classificados nas funções de governo: Educação e Cultura;
- Haurb: log da soma dos gastos classificados nas funções de governo: Habitação e Urbanismo;
- EleiE: eleições estaduais.
- ε : erro

No segundo modelo, as variáveis de gastos por funções foram desagrupadas, resultando na seguinte equação:

$$\text{PibE} = \beta_0 + \beta_1\text{Assist} + \beta_2\text{Previd} + \beta_3\text{Saud} + \beta_4\text{Sanea} + \beta_5\text{Educa} + \beta_6\text{Cult} + \beta_7\text{Habit} + \beta_8\text{Urban} + \beta_5\text{EleiE} + \varepsilon$$

Em que:

- PibE: log do PIB per capita estadual;
- Assist: log dos gastos per capita classificados na função de governo Assistência Social;
- Previd: log dos gastos per capita classificados na função de governo Previdência Social;
- Saud: log dos gastos per capita classificados na função de governo Saúde;
- Sanea: log dos gastos per capita classificados na função de governo Saneamento;
- Educa: log da soma dos gastos classificados na função de governo Educação;
- Cult: log dos gastos per capita classificados na função de governo Cultura;
- Habit: log dos gastos per capita classificados na função de governo Habitação;
- Urban: log dos gastos per capita classificados na função de governo Urbanismo;
- EleiE: eleições estaduais.
- ε : erro

Para os dois modelos, foi utilizado uma variável dummy de controle, referente a ocorrência de eleições ou não no ano em análise (para anos sem eleições (0) e para anos de eleições (1)).

Segundo Cançado e Araújo Júnior (2004), de acordo com a abordagem dos ciclos políticos, nos anos de eleições os governantes tendem a realizar ações que valorizem sua competência, com expansão dos gastos de visibilidade imediata.

O período analisado foi de 2013 a 2020, constituindo no período em que os dados estão disponíveis na plataforma Contas Anuais do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro.

Os dados coletados foram tratados em planilhas do software Excel, para que pudessem estar em condições de realização de regressões em software estatístico (STATA).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Segundo Castro e Afonso (2009), a Constituição de 1988 promoveu uma descentralização dos recursos públicos. A participação da união nos gastos denominados sociais vem diminuindo ao longo dos anos, assim como também os estados, com crescimento dos gastos para os municípios. A exceção ficou por conta dos gastos com a previdência social, que permaneceu concentrada principalmente na União.

Tabela 1: Participação percentual das funções agregadas em relação ao total do gasto social nos estados

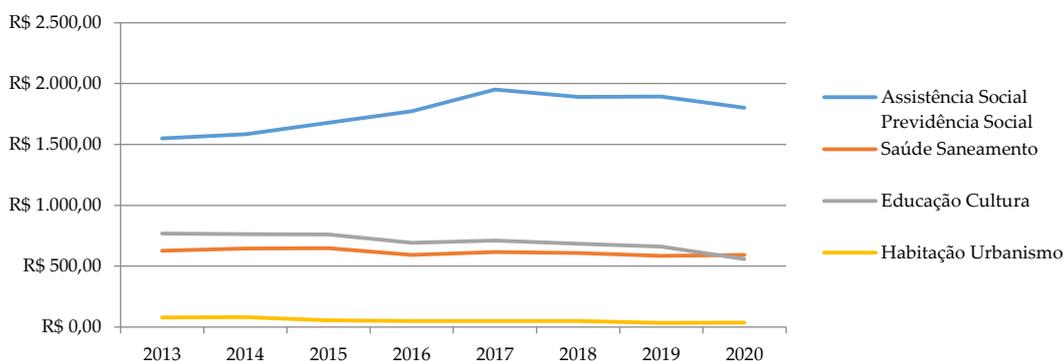
ANO	Assistência Social e Previdência Social	Saúde e Saneamento	Educação e Cultura	Habitação e Urbanismo
2013	51%	21%	25%	3%
2020	60%	20%	19%	1%

Fonte: elaborado pelos autores com base em dados do SICONFI, 2021.

Historicamente, a evolução da composição do gasto público no Brasil apresenta grande mudança entre os entes federativos ao longo do tempo (CORREIA; NEDUZIAK, 2017), o que pode ser observado na Tabela 1, em que a participação dos gastos com previdência e assistência social apresentou crescimento percentual no período 2013/2020 e as despesas com educação e cultura, habitação e urbanismo e saúde e saneamento apresentaram diminuições.

Em relação aos valores de gastos sociais estaduais per capita, verifica-se, no Gráfico 1, que os gastos com assistência e previdência social subiram até o ano de 2017 e depois mantêm uma tendência de queda até o ano de 2020. Os gastos com educação e cultura apresentam uma tendência de queda no período, acentuada em 2020, podendo ser reflexo da pandemia do Coronavírus iniciada em 2020, o que também pode ter impactado o crescimento das despesas com saúde e saneamento. Já os gastos com habitação e urbanismo, após uma queda em 2014, se mantiveram estáveis.

Gráfico 1: Evolução gastos sociais agrupados dos estados



Fonte: elaborado pelos autores com base em dados do SICONFI, 2021.

Para avaliar a influência dos gastos sociais sobre o PIB dos estados brasileiros, foram realizadas análises de regressões para gastos sociais com funções agrupadas e com funções desagrupadas.

Para as variáveis desagrupadas, os resultados foram os apresentados na Tabela 2, abaixo:

Tabela 2: Efeitos Aleatórios - Variável Dependente PibE

Variável	Coefficiente	Erro Padrão	Estatística z	Valor P.
Intercepto	7,4872510	0,6330820	11,83	0,000
Assistência Social	0,0512570	0,0553747	0,93	0,355
Previdência Social	0,0436101	0,0266524	1,64	0,102
Saúde	-0,0864248	0,1211860	-0,71	0,476
Saneamento	-0,0085281	0,0089156	-0,96	0,339
Educação	0,4333603	0,0730000	5,94	0,000
Cultura	0,0446867	0,0026018	1,72	0,086
Habitação	0,0149260	0,0158501	0,94	0,346
Urbanismo	0,0044375	0,0264650	0,17	0,867
Eleições Estaduais	-0,0244280	0,0574831	-0,42	0,671

Nota: R² ajustado de 10,81%, total de 216 observações.

Fonte: extraído dos resultados Stata 11.1 (2012), disponível em <https://www.stata.com/support/updates/stata11/win64x8664/>.

A Tabela 2 evidencia que o único indicador com relação estatisticamente significativa com o PIB dos estados brasileiros é o de Educação.

Os resultados são semelhantes aos estudos de Rocha e Giuberti (2007), que avaliaram quais os componentes do gasto público contribuíram para o crescimento dos estados brasileiros entre 1986 e 2002, utilizando dados em painel, tendo encontrado relação positiva de crescimento com gastos com defesa, educação, transporte e comunicação.

Esses resultados também estão semelhantes com os dos estudos de Tabosa e Castelar (2021), que avaliaram o impacto dos gastos com educação e saúde no crescimento econômico dos estados brasileiros, para o período de 1991 a 2012, com evidências de que tanto os gastos com educação quanto os gastos com saúde impactam positivamente, mesmo que de forma tímida, no crescimento econômico.

Quando avaliamos as variáveis agrupadas por funções de governo, obtém-se os seguintes resultados:

Tabela 3: Efeitos Aleatórios - Variável Dependente PibE

Variável	Coefficiente	Erro Padrão	Estatística z	Valor P.
Intercepto	5,8330060	0,7179569	8,12	0,000
Assistência e Previdência Social	0,2394992	0,0620779	3,86	0,000
Saúde e Saneamento	-0,0856676	0,0921632	-0,93	0,353
Educação e Cultura	0,0758847	0,0758847	6,43	0,000
Habitação e Urbanismo	0,0452153	0,0452153	0,97	0,333
Eleições Estaduais	0,0505792	0,0505792	-0,41	0,681

Nota: R² ajustado de 22,65%, total de 216 observações.

Fonte: extraído dos resultados Stata 11.1 (2012), disponível em <https://www.stata.com/support/updates/stata11/win64x8664/>.

A Tabela 3 evidencia que os indicadores de assistência e previdência social e educação e cultura indicam relação estatisticamente significativa com o PIB dos estados brasileiros.

Correia e Neduziak (2017) discutiram os efeitos do gasto público sobre o comportamento do PIB real dos estados brasileiros, no período de 1995 a 2011, através de painel de feitos fixos, não evidenciando uma relação positiva dos gastos com educação e cultura e habitação e urbanismo, com o PIB dos estados, divergindo dos resultados encontrados.

Já para a variável assistência e previdência social, os mesmos autores encontraram relação positiva com o PIB dos estados, mostrando-se produtivos para o crescimento econômico, convergindo com os resultados encontrados na Tabela 3.

Para a *dummy* eleições estaduais, não foi encontrada relação positiva, divergindo dos resultados encontrados por Silva e Faroni (2011), com evidências de que o calendário eleitoral exerce influência estatisticamente significativa sobre o comportamento dos gastos públicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a influência dos gastos sociais dos estados no PIB dos estados brasileiros per capita, de forma agrupada e desagrupada por funções de governo, de acordo com a legislação orçamentária, avaliando a atuação dos entes governamentais estaduais.

A Constituição Federal de 1988 promoveu a descentralização dos recursos públicos, repassando também aos estados e municípios atribuições que antes eram centralizadas na União e também determinações quanto a limites mínimos nas áreas de educação e saúde.

Em 2000, com a aprovação da lei de responsabilidade fiscal, foram instituídos uma série de controles sobre os gastos públicos, passando estados e municípios a terem que cumprir determinações legais quanto ao controle de gastos, inclusive com penalidades penais em caso de descumprimento e até interrupção no repasse de recursos públicos.

Segundo Stigler (1971), o governo busca atender satisfatoriamente às demandas sociais e promover o desenvolvimento de suas economias, mas sempre sob uma forte influência dos grupos que detêm o poder (STIGLER, 1971). Esses grupos exercem uma influência maior ou menor nas decisões, de acordo com a sua força política, sendo os principais responsáveis pela indicação dos gestores.

A escassez de recursos obriga os governantes a buscarem o direcionamento na realização de seus gastos, buscando atender satisfatoriamente às demandas sociais e promover o desenvolvimento de suas economias, exigindo conhecimento dos gastos públicos no atendimento das demandas da comunidade.

Quanto aos resultados encontrados, verifica-se que os gastos sociais classificados na função educação, caracterizam estatisticamente influência sobre o PIB estadual per capita nos dois modelos analisados, com gastos sociais agrupados e desagrupados.

Alguns fatores podem ter exercido influência nos resultados encontrados, como a obrigatoriedade de aplicar 18% dos recursos arrecadados com impostos, incluindo as transferências das esferas do governo federal, na educação. Segundo Glomm e Ravikumar (1992), maiores gastos do governo em educação proporcionam maiores níveis de renda, conforme estudo sobre o impacto do nível de escolaridade no aumento do nível de renda.

Os gastos com assistência e previdência social são significativos somente no modelo com funções agrupadas. Segundo Weil (2014), Bhargava *et al.* (2001), Bloom, Canning e Sevilla (2004), Bloom e Canning (2005) (*apud* CORREIA; NEDUZIAK, 2017), os gastos sociais podem trazer maior vigor físico e mental à população, melhorando sua produtividade e eficiência nos dias dedicados ao trabalho.

Os estudos sobre o tema ainda são em pequeno número no Brasil, havendo necessidade da realização de novos estudos, buscando avaliar outras variáveis que possam impactar o crescimento econômico em razão dos baixos valores de R², podendo haver outras variáveis que expliquem o crescimento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 4320, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 mar. 1964.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério do Orçamento e Gestão. Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999. Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I, do § 1º, do art. 2º, e § 2º, do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; estabelece conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 abr. 1999.

CAMPAGNARO, A.; SANT'ANNA, J. M. Os efeitos dos gastos públicos sobre o PIB: um teste empírico nos municípios do Espírito Santo. *In*: SIMPÓSIO DE FINANÇAS PÚBLICAS, 4., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Fucape Business School, 2005.

CANÇADO, P.; ARAUJO JR, A. **Economics and Politics**: o que determina as chances de reeleição em municípios? O caso das eleições municipais de Minas Gerais - 2000. Ibmecc MG Working Paper - WP26. 2004.

CÂNDIDO JÚNIOR, J. O. **Os gastos públicos no Brasil são produtivos?**. Brasília, DF: IPEA, 2001 (Texto para Discussão, n. 781).

CASTRO, K. P. de; AFONSO, J. R. Gasto Social no Brasil após 1988: uma análise sob a ótica da descentralização fiscal. **Revista de Política, Planejamento e Gestão da Saúde**, ABRASCO, [S. l.], v. 1, n. 1, jul./set. 2009.

CORREIA, F. M.; NEDUZIAK, L. C. R. Impacto dos gastos sem investimento na dívida dos Estados brasileiros: uma análise threshold. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 193-209, 2017. Disponível em: <https://www.revistaaber.org.br/rberu/article/view/210>. Acesso em: 01 jul. 2022.

FABRETTI, L. C. **Contabilidade Tributária**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

GLOMM, G.; RAVIKUMAR, B. Public versus private investment in human capital: endogenous growth and income inequality. **The Journal of Political Economy**, [S. l.], v. 100, n. 4 p. 818-834, 1992.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria básica**. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.

HORNGREN, C. T.; SUNDEM, G. L.; STRATTON, W. O. **Contabilidade Gerencial**. 12. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

KOHAMA, H. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

LIMA, D. V. de. **Contabilidade Pública: A nova Contabilidade Pública Municipal**. v. 4. Brasília: CNM, 2012.

OLIVEIRA, R. R.; SILVA, A. M. C.; MORAES, M. C. C. Transparência do orçamento governamental dos países: um estudo acerca da associação entre IAO, IDH, PIB e IPSAS. **Pensar Contábil**, [S. l.], v. 10, n. 42, 2008.

PINDICK, R. S.; RUNBINFIELD, D. L. **Econometria: modelos e previsões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

RAPOSO, M. H. *et al.* **A importância do planejamento de compras para a Gestão Estratégica de Suprimentos**. 2016. Disponível em: <http://consad.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Painel-44-03.pdf>. Acesso em: 25 maio 2021.

REZENDE, F. da C. **Descentralização, gastos públicos e preferências alocativas dos governos locais no Brasil (1980 – 1994) – Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000300005. Acesso em: 01 mar. 2021.

ROCHA, F.; GIUBERTI, A. C. Composição do gasto público e crescimento econômico: uma avaliação macroeconômica da qualidade dos gastos dos Estados brasileiros. **Economia Aplicada**, [online], v. 11, n. 4, p. 463-485, 2007.

SANDRONI, P. **Dicionário de economia**. São Paulo: Atlas, 1994.

SANT'ANNA, J. M. B. **Efeito do gasto público sobre o PIB: um teste empírico nos municípios do estado do espírito santo**. 2006. 58 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis), Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), Vitória, 2006.

SANTOS FILHO, M. R. dos; DIAS FILHO, J. M.; FERNANDES, G. B. Avaliação da Capacidade de Predição do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDH-M) a partir das Demonstrações Contábeis e Legais. **Anais do 34^a ENANPAD**, Rio de Janeiro: ANPAD, 2010.

SCARPIN, J. E.; SLOMSKI, V. Estudos dos fatores condicionantes do índice de desenvolvimento humano nos municípios do Estado do Paraná: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental. **Revista de Administração Pública**, [S. l.], v. 41, p. 909-933, 2007.

SICONFI. **Sistema de informações contábeis e fiscais do setor público Brasileiro**. 2021. Disponível em: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>. Acesso em: 25 maio 2021.

SIEDENBERG, D. R. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico: uma síntese. **Revista da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul**, ano 1, n. 1, p. 45-71, jan./jun. 2003.

SILVA, S. L. P.; FARONI, W. Ciclos político-orçamentários: um estudo para os municípios do Estado de Minas Gerais – 2000/2008. **SINERGIA - Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 9-20, 2011. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/sinergia/article/view/1719>.

SLOMSKI, V. **Manual de contabilidade pública: um enfoque na contabilidade municipal**. São Paulo: Editora Atlas, 2001.

STIGLER, G. J. The theory of economic regulation **The Bell Journal of Economics and Management Science**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 3-21, 1971.

TABOSA, F. J. S.; CASTELAR, P. U. de C. Impacto dos gastos públicos com educação e saúde no crescimento econômico dos estados brasileiros. **Revista Ciências Administrativas**, Fortaleza, v. 27, n. 2, p. 1-17, 2021.

VARELA, P. S.; MARTINS, G. de A.; CORRAR, L. J. Perfil dos gastos públicos versus perfil econômico social dos municípios paulistas. **Revista de Contabilidade e Organizações FEARP/USP**, [S. l.], v. 3, n. 5, p. 80-97, jan./abr. 2009.